



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA/CPAQ
CURSO DE PEDAGOGIA

ELIETE DIAS DOS SANTOS

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: a evolução do direito à educação da criança pequena
no Brasil

AQUIDAUANA-MS
Novembro/2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CAMPUS DE AQUIDAUANA/CPAQ

ELIETE DIAS DOS SANTOS

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: a evolução do direito à educação da criança pequena
no Brasil

Artigo, Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia, da
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul/*Campus* de Aquidauana, como requisito
parcial de conclusão de curso.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Janaína Nogueira
Maia Carvalho

AQUIDAUANA-MS
Novembro/2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CAMPUS DE AQUIDAUANA/CPAQ

ELIETE DIAS DOS SANTOS

SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: a evolução do direito à educação da criança pequena no Brasil

Artigo, Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/*Campus* de Aquidauana, como requisito parcial de conclusão de curso.

Resultado: _____
Aquidauana, MS, ___ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Janaína Nogueira Maia Carvalho
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a. Dr.^a. Fátima Cristina Duarte Ferreira Cunha
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a. Dr.^a. Franchys Marizethe Nascimento Santana
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

AQUIDAUANA-MS
Novembro/2024



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CAMPUS DE AQUIDAUANA/CPAQ

ELIETE DIAS DOS SANTOS

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a toda minha família e professores, mas principalmente ao meu pai e minha mãe que, mesmo no céu, hoje estarão orgulhosos e felizes por mim. “Lembrar-me de vocês é bênção para mim. Obrigada pela nossa história!”



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CAMPUS DE AQUIDAUANA/CPAQ

ELIETE DIAS DOS SANTOS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que acreditaram em mim e sempre me apoiaram. À minha família, pelo apoio incondicional. Ao meu esposo, que sempre me motivou e acreditou em mim. Aos meus filhos, que são minha motivação. Ao meu neto, que me faz querer ser melhor, todos os dias. E Aos meus professores, que me ajudaram, com exemplos, a me tornar um ser humano melhor.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA: a evolução do direito à educação da criança pequena no Brasil

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar alguns aspectos e questões derivadas da Sociologia da Infância, particularmente no que diz respeito à evolução do objeto de estudo e à mudança de perspectiva sobre a infância, conforme ilustrado na disciplina Infância e Sociedade, do Curso de Pedagogia da UFMS/CPAQ. O texto busca analisar e compreender o contexto em que o direito à educação da criança pequena no Brasil tem sido implementado ao longo do tempo, considerando a atuação do Estado nesse processo. Ao examinar a bibliografia disponível, observou-se que algumas vertentes apontam para um Estado ausente e conservador, que, paradoxalmente, também atuou para aprovar as principais legislações e documentos voltados ao reconhecimento do direito à educação infantil, ao fortalecimento da educação infantil e à continuidade dessas políticas. Tais políticas, por sua vez, têm favorecido as classes sociais mais pobres, a base da pirâmide social, buscando garantir a implementação e a expansão das creches. Embora reconheçamos esse movimento e suas lutas, consideramos que a maior conquista desse período foi o quadro legal consolidado a partir da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, instrumentos legais que garantem, de forma normativa, os meios para a construção do direito da criança pequena à educação no Brasil, apesar da existência de movimentos antagônicos que buscam desconstruir essas garantias.

Palavras chave: Sociologia da Infância, Criança pequena e Educação Infantil.

ABSTRACT

The objective of this text is to present some aspects and questions derived from the Sociology of Childhood, particularly with regard to the evolution of the object of study and the change in perspective on childhood, as illustrated in the subject Childhood and Society, of the Pedagogy Course at UFMS /CPAQ. The text seeks to analyze and understand the context in which the right to education for young children in Brazil has been implemented over time, considering the State's role in this process. When examining the available bibliography, it was observed that some aspects point to an absent and conservative State, which, paradoxically, also acted to approve the main legislation and documents aimed at recognizing the right to early childhood education, strengthening early childhood education and the continuity of these policies. Such policies, in turn, have favored the poorest social classes, the base of the social pyramid, seeking to guarantee the implementation and expansion of daycare centers. Although we recognize this movement and its struggles, we consider that the greatest achievement of this period was the legal framework consolidated from the Federal Constitution of 1988, the Statute of Children and Adolescents (ECA) of 1990 and the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) of 1996, legal instruments that guarantee, in a normative way, the means for the construction of the right of young children to education in Brazil, despite the existence of antagonistic movements that seek deconstruct these guarantees.

Keywords: Sociology of Childhood, Young Child and Early Childhood Education.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
AS TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a Constituição de 1988, suas perspectivas e ações.....	9
A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A CRIANÇA PEQUENA: suas necessidades e potencialidades	11
CONCLUSÃO	13
REFERÊNCIAS.....	15



INTRODUÇÃO

Iniciamos este trabalho com a premissa de que a criança é um ser social, histórico e detentor de direitos, cuja construção se dá a partir das relações e interações que vivencia na família e na escola. Ambos, família e escola, desempenham papéis indispensáveis na formação da criança. Assim, não se pode abordar a evolução da educação infantil sem considerar que ela está intrinsecamente relacionada ao conceito de infância, o qual é influenciado por diversos fatores, como cultura, classe social, grupo étnico, religião e nível de instrução da população (OLIVEIRA, 1999).

O intrincado, tortuoso e espinhoso caminho percorrido pela efetividade da educação infantil e, conseqüentemente, pela criança pequena no Brasil teve, como empecilho maior, o desinteresse do Estado em assumir de forma adequada essa responsabilidade. Assim,

[...] o termo “Criança Pequena” utilizado nesta pesquisa refere-se à criança de zero a seis anos, ou seja, a criança de Educação Infantil. Não se tem conhecimento de o termo ter sido cunhado por algum autor. Em todas as produções referentes a crianças pequenas encontram-se apenas referências a bebês, crianças de creche (0 a 3 anos) ou crianças de Educação Infantil (0 a 6 anos). (DOS SANTOS, 2014, p.50)

A educação da criança pequena, durante muito tempo, esteve envolta por uma notável desconsideração, em razão da ausência de políticas públicas que garantissem o direito à oferta de vagas e à permanência nas instituições de ensino infantil. Os movimentos em defesa dessa causa, com suas lutas e reivindicações, tiveram início ainda em meados do século XX. Ao fazermos uma retrospectiva da educação infantil, é possível perceber que, no Brasil colonial e imperial, ela era praticamente inexistente, com exceção de algumas medidas isoladas, mais voltadas para ações assistencialistas do que propriamente educacionais.

No Brasil Colônia, as crianças pequenas, filhas dos colonos, recebiam educação formal, geralmente sob a responsabilidade das mães. Em fases mais avançadas, frequentavam os colégios jesuítas, cujos métodos e ensinamentos tinham como objetivo a formação da elite colonial, composta pelos filhos dos colonos. Nesse contexto, indígenas, negros e crianças abandonadas estavam excluídos desse processo. Neste Contexto,

[...] a história das crianças no Brasil precisa ser compreendida a partir da presença de diferentes grupos de crianças nativas, escravas, filhas dos senhores de engenho – que dão visibilidade a diferentes segmentos da



população. Assim poderemos compreender como se distinguem tais relações considerando diferentes perspectivas: étnico-racial, de gênero e de classe social entre outras. (OLIVEIRA, 1999, p. 56).

Em um país como o Brasil Colônia, onde 95% da população era analfabeta e os índices de sobrevivência das crianças de 0 a 5 anos eram extremamente baixos, em função das péssimas condições de vida da maioria da população, não se cogitava a implementação de ações efetivas voltadas para a educação da criança pequena.

Durante o Brasil Imperial, pouco se alterou em relação ao quadro anterior. A falta de compromisso do Estado, tanto legal quanto financeiro, com a infância brasileira permaneceu inalterada. As primeiras creches surgiram apenas no final do século XIX, já sob o regime republicano.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho no início do século XX, começaram a ser buscadas formas de facilitar a rotina das mães, que precisavam deixar seus filhos em algum lugar. Foi somente em 1908, em Belo Horizonte, que surgiram as primeiras instituições de ensino infantil, e em 1909, no Rio de Janeiro. Nas décadas de 1920 e 1930, várias escolas de Educação Infantil foram criadas, com a finalidade de cuidar das crianças pequenas para que suas mães pudessem trabalhar. Até então, a educação infantil era inteiramente responsabilidade da família, especialmente da figura materna. Essas instituições, no entanto, careciam de infraestrutura adequada e ofereciam serviços de qualidade precária, com recursos estatais e investimentos insuficientes (OLIVEIRA, 1999).

Durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, apesar das transformações ocorridas na sociedade brasileira e do processo de industrialização, pouco foi feito em prol da educação da criança pequena, e ainda menos durante o período ditatorial, entre 1964 e 1985.

Os movimentos sociais que precederam a Constituição de 1988 foram de grande importância nas décadas de 1970 e 1980. Organizados por mães, movimentos de bairros, sindicatos das grandes cidades e grupos de profissionais e especialistas da educação, esses movimentos visavam a luta e a reivindicação por mais vagas em instituições de ensino, assegurando o direito ao atendimento da criança. As demandas eram centradas, principalmente, na criação de creches, na ampliação do número de vagas e até mesmo na construção de novas instalações para atender à crescente demanda por educação infantil.



AS TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: a Constituição de 1988, suas perspectivas e ações

Tomando como referência o artigo 205, que destaca que a educação é direito de todos, e considerando que o Estado e a família, em ação conjunta com diversos setores sociais, têm a obrigação de promover o desenvolvimento integral do indivíduo, instrumentalizando-o para o exercício da cidadania e qualificando-o para inserção no mercado de trabalho, e também o artigo 208, que no inciso IV estabelece que “o atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” será responsabilidade do Estado, projetou-se um novo rol de possibilidades. No entanto, a garantia jurídica por si só não assegura a implementação imediata desses projetos. O acesso à educação infantil e sua permanência, embora importante, ainda figuravam como prioridades secundárias nas políticas públicas. Foi com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) que se consolidaram os direitos das crianças, adquiridos por meio da Constituição e da Lei nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fundamentada nos princípios norteadores da Constituição de 1988. Conforme estabelecido no Título II, Seção II, Artigo 29 da LDB, a Educação Infantil é definida como a primeira etapa da educação básica, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 12). A partir disso, a Educação Infantil passou a ser considerada parte do sistema regular de ensino.

A LDB estabelece regras para a educação infantil, incluindo a idade das crianças, carga horária, avaliação e frequência. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, destina-se a crianças de até cinco anos. É oferecida em creches para crianças de até três anos e em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos. A carga horária mínima anual é de 800 horas, distribuídas em no mínimo 200 dias letivos. A avaliação é realizada por meio do acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem fins de promoção. A frequência mínima exigida é de 60% do total de horas.



Dessa forma, torna-se necessária a regulamentação e normatização conforme a legislação vigente, com foco no desenvolvimento integral da criança no processo educativo, contemplando também a família e a comunidade como elementos essenciais na sua formação. O artigo 9º, inciso IV da LDB define que a elaboração dos currículos e conteúdos a serem desenvolvidos em cada etapa da educação infantil, assim como a orientação sobre o nível de formação básica comum que o aluno deve adquirir, terá como base os princípios, diretrizes e competências previamente estabelecidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios (LDB, 1996). Através desse documento, a criança já não é mais vista como carente e desprovida de cultura.

Vale ressaltar que as conquistas alcançadas ao longo da história na defesa dos direitos das crianças ainda não representam uma conquista plena. Segundo alguns autores, os direitos das crianças configuram-se como conquistas fruto de longas lutas na história da sociedade brasileira. Para Kishimoto (2008), o período de 1975, com a realização do primeiro Diagnóstico Nacional da Educação Pré-Escolar pelo MEC, passando por 1979 – Ano Internacional da Criança –, pela Constituinte de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, até a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, constitui o período de conquista de uma visão das crianças enquanto cidadãos de direitos.

É importante destacar que o ECA é reconhecido internacionalmente como um dos mais avançados diplomas legais dedicados à garantia dos direitos da população infantojuvenil. Deleuze (1992) aponta que o ECA propõe a construção de um modelo de proteção integral às crianças e aos adolescentes, não se restringindo apenas à atenção após a violação dos direitos, mas antecipando-se a ela. Assim, o ECA estabelece mecanismos para a judicialização da violação dos direitos da criança, criando os Conselhos Tutelares, e também legisla sobre o caráter híbrido da assistência, por meio de ações articuladas entre setores governamentais e não governamentais, nos níveis da União, dos Estados e dos Municípios.

O documento incorporou ainda os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, que afirma: "pelo facto de as crianças se apresentarem como dependentes dos adultos para a satisfação de direitos básicos de provisão, proteção e participação, são também consideradas num registo de tutela e invisibilidade no que



diz respeito à sua cidadania política. Aparecem, assim, como cidadãos incompletos, tutelados por cidadãos completos, como, à partida, são considerados os adultos" (Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989).

A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E A CRIANÇA PEQUENA: suas necessidades e potencialidades

A garantia do direito à educação da criança pequena não deve ser vista apenas como o pleno acesso ao ambiente escolar, mas também pela forma estratégica como ela será inserida nesse espaço, de modo a assegurar seu aprendizado e o desenvolvimento de suas potencialidades. Isso inclui a capacidade de ouvir e identificar os desejos e necessidades da criança pequena, considerando que, ao contrário do que muitos imaginam, ela já possui vontades próprias, que abrangem desde o que deseja aprender até a maneira como prefere aprender.

A escola tem a oportunidade de “escutar” o que as crianças têm a dizer, ao mesmo tempo em que mantém o papel adulto nessa relação: educar, estabelecer limites e construir pontes seguras entre as crianças e o mundo. Nesse contexto, a Sociologia da Infância apresenta-se como um aporte teórico essencial para assegurar essa escuta e compreensão. Assim, o estudo das crianças como atores sociais de pleno direito, analisando a infância como uma categoria social geracional, é um dos objetivos da Sociologia da Infância (SARMENTO, 2011, p. 27).

Sob essa perspectiva, a Sociologia da Infância destaca-se como um campo que busca integrar a infância ao cenário sociológico, evidenciando a subjetividade e a ação das crianças, além de considerar a infância como uma estrutura social. Esse campo científico e teórico vem se fortalecendo expressivamente, especialmente nos últimos anos, com o surgimento de novos conceitos e abordagens que têm contribuído para a formação de uma nova sociedade, permitindo avanços culturais e sociais relacionados à infância.

Souza (2007, p. 7) afirma que “a criança é sujeito social, investigado, observado e compreendido a partir de perspectivas investigativas e teóricas distintas”. Segundo a autora, os estudos sobre as crianças e suas infâncias refletem, na contemporaneidade, as relações cotidianas das crianças com outras crianças e com



seus familiares. Além disso, essas questões estão presentes nos discursos e nas reflexões teóricas de diferentes perspectivas, como a antropologia histórica, a filosofia e a psicologia, emergindo dos olhares e das posições assumidas pelos adultos ao considerar como compreendem as crianças e suas infâncias.

A criança pequena passa por diversos processos e etapas. Entre eles, destacam-se os jogos e as brincadeiras, nos quais ela aprende a perder, a ganhar, a respeitar o outro, a reconhecer as diferenças e a ampliar seus laços de amizade. Esse processo vai além das relações familiares, permitindo que a criança aprenda a conviver com a diversidade, a respeitar e ser respeitada, além de fortalecer a construção de seus princípios e valores.

Nesse sentido, a criança pequena tem a oportunidade de construir sua identidade histórica e pessoal. Na atualidade, marcada por rápidas e intensas transformações, a educação possibilita à criança instrumentalizar-se para lidar com os impactos dessas mudanças na vida social. Um exemplo disso é o aumento dos índices de violência, um problema que afeta a educação, as famílias, as comunidades e toda a sociedade, e que precisa ser mitigado desde os primeiros anos no ambiente escolar.

A Sociologia da Infância, como base teórica do conhecimento, configura-se como um movimento significativo, que questiona a sociedade acerca do reconhecimento da criança como sujeito de direito. Esse campo teórico busca compreender a criança como ator social e a infância como uma construção social, contribuindo, assim, para um novo olhar sobre a infância e sobre o papel da criança na sociedade.

Nesse contexto, a Sociologia da Infância constitui uma pauta teórica relevante para as discussões sobre as infâncias e as crianças que frequentam a Educação Infantil, compreendendo-as em seus aspectos relacionais e coletivos. Essa perspectiva volta-se às crianças pequenas e fundamenta-se em abordagens políticas que consideram as creches e pré-escolas como espaços coletivos de cuidado e educação, onde as crianças estão continuamente se relacionando entre si e com os adultos.

Sarmiento (2005) propõe o uso do termo *infâncias* no plural, como forma de representar a pluralidade dos modos de ser criança, considerando as infâncias “uma



categoria social do tipo geracional pela qual se revelam as possibilidades e os constrangimentos de estrutura social” (SARMENTO, 2005, p. 363).

Nesse sentido, a Sociologia da Infância tem como objeto de investigação as infâncias, entendidas como construções sociais que se modificam ao longo do tempo e nos diferentes espaços. A partir dessa perspectiva, é possível afirmar a existência de distintas infâncias (CUNHA; SANTOS, 2014).

Ao abordar o conceito de infância, Sarmento destaca que ela é historicamente construída, resultante de um processo de longa duração, o qual lhe atribuiu um estatuto social e elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais para o seu lugar na sociedade. Dessa forma,

[...] fazem parte do processo as variações demográficas, as relações econômicas e os seus impactos diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e de adultos (SARMENTO, 2005, p. 365-366).

A partir dessa afirmação, reconhece-se as crianças como sujeitos sociais que, ao mesmo tempo em que são influenciadas, também influenciam as pessoas e as relações ao seu redor. Nesse mesmo sentido, Corsaro (1997) destaca que o desenvolvimento infantil não é um fenômeno individual, mas, sim, um processo cultural e coletivo que ocorre por meio das interações das crianças com seus pares.

Portanto, torna-se fundamental considerar essas questões relacionadas às infâncias e às crianças para conceber uma escola de Educação Infantil que valorize e possibilite a participação ativa das crianças na sociedade, de forma coletiva, enquanto sujeitos ativos e não passivos (CUNHA; SANTOS, 2014).

CONCLUSÃO

Ao concluir este trabalho, evidencia-se a necessidade de destacar os principais aspectos da trajetória histórica das lutas e desafios relacionados à garantia da educação para a criança pequena no Brasil. Ressaltam-se, ainda, os principais desafios enfrentados pela área da Educação Infantil nas últimas décadas, marcados por avanços, retrocessos e constantes batalhas pela efetivação do direito à educação para crianças de 0 a 6 anos.



Fica evidente o descaso e o despreparo historicamente observados no trato com a educação das crianças pequenas. Essa conquista tem sido obtida de forma gradual e árdua, por meio da atuação de diversas entidades, para assegurar que as crianças ocupem o lugar social que lhes é devido. Esse processo inclui a busca por novas concepções acerca de quem são as crianças, como aprendem, como interagem com sua cultura, e quais são suas necessidades e direitos, os quais vêm sendo implementados de forma gradual na sociedade brasileira.

Juridicamente, observa-se a conquista de importantes avanços no reconhecimento do direito à Educação Infantil, embora tais direitos ainda careçam de efetivação por meio de políticas públicas que concretizem esses pressupostos.

Este estudo destacou processos relevantes para o diálogo acerca dos direitos das crianças e aponta para a necessidade de um debate emergente, pertinente e essencial. Surge, assim, a oportunidade de ampliar a discussão sobre um tema de grande relevância e reflexão, visando validar os princípios norteadores de um currículo que atenda às especificidades do desenvolvimento biopsicossocial e histórico das crianças.

Dessa forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) possibilita, quando referendado pela sociedade, o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, considerando suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas. Garante, assim, o direito das crianças de brincar como uma forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação, assegurando também o direito à interação e comunicação infantil.

Nessa perspectiva, os direitos das crianças, por meio do acesso aos bens socioculturais disponíveis, ampliam o desenvolvimento de capacidades relacionadas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética, validando sua existência enquanto sujeitos na sociedade.

Portanto, garantir a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais variadas práticas sociais, sem discriminação de qualquer espécie, bem como assegurar o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade, é fundamental para que as crianças possam exercer plenamente sua capacidade de ser criança e vivenciar a infância em sua totalidade.



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição, 1988]. Constituição da República Federativa Brasil de 05 de outubro de 1988. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/dca/eca.html>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CORSARO, W. A reprodução interpretativa no brincar ao “faz de conta” das crianças. *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, Porto, v. 17, n. 17, p. 113–134, 1997.

CUNHA, M. D.; SANTOS, T. R. L. Crianças, Infâncias e Educação: um encontro entre Sociologia da Infância e Educação Popular. *Ensino Em Re- -Vista*, v. 21, n. 2, p. 353–362, jul./dez. 2014.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DOS SANTOS, M. S., Timm, J. W., & de Souza, M. C. A. R. (2014). Cuidar e Educar Criança Pequena para Valores: Um Ato de Amor, Justiça e Bondade. *Revista Tempos E Espaços Em Educação*, 6(10), 57–69.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Encontros e desencontros na formação dos profissionais da educação infantil. In: MACHADO, M. L. A. (Org.). Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2008. p. 107-115.

OLIVEIRA, Magda Sarat. Lembranças de infância: que história é esta? Dissertação de Mestrado da Universidade Metodista de Piracicaba/UNIMEP, 1999.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Gerações e Alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. *Revista Educação & Sociedade*. v. 26, n. 91, p. 361–378, maio/ago. 2005.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361–378, maio/ago. 2011.